



EDUCAÇÃO

Governo recua e repõe a verba do ensino superior

Serão repassados R\$ 340 milhões cortados da LOA, acrescidos de R\$ 60 milhões. E mais R\$ 300 milhões retidos por decreto presidencial

» VICTOR CORREIA

O ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou ontem a recomposição orçamentária para as universidades e institutos federais (IFs), apesar do corte de gastos anunciado pelo Ministério da Fazenda e dos protestos dos reitores. Serão repassados R\$ 400 milhões para o ensino superior federal — são os R\$ 340 milhões cortados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, acrescentados de R\$ 60 milhões.

Ainda serão liberados R\$ 300 milhões que estavam retidos, em função de um decreto presidencial publicado em abril. A verba deve ser entregue às instituições até amanhã. O governo voltou atrás da medida que reduzia os repasses mensais a cerca de 60% do previsto e da decisão de liberar o restante apenas em dezembro — os pagamentos serão normalizados a partir de junho.

Camilo também garantiu que as universidades e os institutos federais serão liberados do congelamento de R\$ 31,3 bilhões em gastos públicos, anunciado na semana passada pelo Ministério da Fazenda, e de outras medidas de austeridade. “Nossas instituições não serão afetadas

por qualquer corte, bloqueio ou contingenciamento do nosso orçamento. Foi um compromisso meu desde o início [do governo], em 2023. Nem universidades e institutos federais sofreram cortes — 2024 também. Cumpriremos esse compromisso em 2025, para que as nossas instituições não sejam afetadas por bloqueio ou contingenciamento no orçamento”, enfatizou Camilo.

O ministro reconheceu que o repasse para gastos discricionários — que mantêm as instituições funcionando — estão abaixo do ideal. Em 2024, foram R\$ 5 bilhões, enquanto que, em 2016, por exemplo, universidades e institutos federais receberam R\$ 6,7 bilhões.

Sustentabilidade

Para evitar as idas e vindas dos recursos para o ensino superior federal, o governo estuda a criação de um mecanismo que garanta a sustentabilidade orçamentária das universidades e IFs. Isso será discutido em um grupo de trabalho nos próximos meses.

“É para que a gente possa dar mais eficiência aos resultados, não só aos dados de matrícula, aprovação, conclusão. Mas, também, mais eficiência de gastos nas universidades”, comentou o ministro.

Luís Fortes/MEC



Instituições [de ensino superior] não serão afetadas por qualquer corte, bloqueio ou contingenciamento do nosso orçamento”

Ministro Camilo Santana,
da Educação, no encontro
com entidades representativas
do ensino superior

“Vamos, agora, devolver, recompor esses R\$ 300 milhões do financeiro. A partir de agora, as universidades ficam fora de cumprir o 1/18. Voltam a 1/12, recebendo normalmente, a partir de junho, seus recursos”, garantiu o ministro.

A Andifes advertiu que as pressões de verba comprometeram ações de assistência estudantil, bolsas de estudos, contratos de serviços terceirizados, funcionamento dos restaurantes universitários e pagamento das contas de água e luz.

Uma possibilidade é criar uma versão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), mas voltado para o ensino superior.

As liberações foram anunciadas depois de reunião, no Palácio

do Planalto, com representantes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

(Andifes). O governo atendeu às principais demandas da Andifes, segundo a qual a limitação ao pagamento mensal — que caiu de 1/12 para 1/18 do orçamento por mês — “inviabiliza a continuidade das universidades federais”.

DIREITOS HUMANOS

BYD responderá por trabalho degradante em fábrica na BA

» VANILSON OLIVEIRA

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com uma ação civil pública contra a BYD Auto do Brasil e duas empreiteiras contratadas para erguer a nova planta industrial da montadora, em Camaçari (BA). A ação, protocolada ontem na 5ª Vara do Trabalho da cidade, relata um cenário de violações de direitos humanos envolvendo 220 trabalhadores chineses e submetidos, no Brasil, a condições análogas à escravidão — incluindo retenção de documentos, jornadas exaustivas, alojamentos insalubres e vigilância armada.

A ação pede a condenação da

BYD e das empreiteiras China Jinjiang Construction Brazil Ltda. e Tecmonta Equipamentos Inteligentes Brasil Co. Ltda. ao pagamento de R\$ 257 milhões por danos morais coletivos, além de reparação individual a cada trabalhador equivalente a 21 vezes o salário contratual, somado a um salário por dia vivido em regime degradante. O MPT também requer o pagamento de todas as verbas rescisórias e a aplicação de multa de R\$ 50 mil por item descumprido, multiplicado pelo número de vítimas.

O caso teve início a partir de uma denúncia anônima, feita em outubro de 2024, sobre as condições no canteiro de obras

Thuane Maria/Governo da BA



Denúncia levou aos trabalhadores chineses na fábrica de Camaçari

da nova fábrica da BYD. Entre 9 e 21 de dezembro do ano passado, uma força-tarefa composta por representantes do MPT, do

Ministério do Trabalho, do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública da União (DPU), da Polícia Rodoviária

Federal (PRF) e da Polícia Federal (PF) resgatou 163 trabalhadores da Jinjiang e, posteriormente, mais 57 operários da Tonghe (hoje Tecmonta Equipamentos), em situação análoga à escravidão.

Os trabalhadores chegaram ao Brasil com vistos para prestação de serviços especializados, mas realizavam funções braçais. Na denúncia, teriam sido coagidos a assinar contratos redigidos em mandarim, com cláusulas abusivas — como o pagamento de caução de 6 mil yuans (aproximadamente R\$ 4,7 mil), retenção de 70% dos salários até o final do ano e perda do valor total caso pedissem demissão. Além disso, segundo os autos do processo, os operários não tinham acesso a telefone com internet, o que os impedia de verificar se os pagamentos estavam sendo efetuados na China.

Na inspeção, os fiscais encontraram 107 passaportes trancados em um armário no escritório da obra, em flagrante violação à liberdade de ir e vir. Os alojamentos estavam sob vigilância de seguranças armados, que restringiam a saída dos trabalhadores, inclusive, aos finais de semana.

Os operários viviam em ambientes superlotados, com camas sem colchão. A comida era armazenada no chão, próxima a entulhos, exposta a insetos e roedores, muitas vezes sem refrigeração. Relataram, ainda, jornadas de até 10 horas, sem folgas regulares, com descanso apenas em dias de chuva.

Em nota ao **Correio**, a BYD respondeu que “vem colaborando com o Ministério Público do Trabalho desde o primeiro momento e vai se manifestar nos autos sobre a ação movida pelo MPT”.



ALEXANDRE GARCIA

JÁ QUE PEGOU IDOSOS NOS DESCONTOS DA PREVIDÊNCIA, O GOVERNO AGORA ALEGA QUE A CENSURA NAS REDES É PARA PROTEGER AS CRIANÇINHAS

Pau que bate em Chico

Dois grandes jornais amanhceram domingo com editoriais condenando a censura que o Judiciário fez sobre reportagem de *Zero Hora*, com o escandaloso contracheque de uma desembargadora, de R\$ 662 mil num único mês. O jornal e a jornalista autora foram condenados pelo próprio tribunal a que pertence a desembargadora a uma indenização — coincidência — de outros R\$ 600 mil. O teto no serviço público é de pouco mais de R\$ 46 mil e a Constituição diz que a administração

pública exige legalidade, moralidade, publicidade. A remuneração é, portanto, pública. Ficou parecendo uma vindita, um aviso de não se meter com o Judiciário, como um reflexo de reações do Supremo.

O *Estadão* intitulou o editorial de *Uma casta acima da lei* e concluiu ponderando que um poder sem limites se torna tirania. A *Folha de S. Paulo*, no título, chamou de *Censura do Judiciário* e concluiu que ela serve para intimidar veículos de comunicação e seus profissionais. Reações bem tardias contra algo que se repete

nos últimos seis anos.

Quando o Judiciário bloqueou contas nas redes e nos bancos, e até cassou passaportes de jornalistas que atuam no mundo digital, não me lembro de ter havido editoriais condenando a censura, a intimidação e a justiça em causa própria, como represália por críticas. Como é verdadeiro o que disse o ministro Alexandre de Moraes anos atrás: quem não quiser ser satirizado, criticado, que não se ingresse na vida pública. Assim como o editorial do *Estadão* afirmou ser constrangedor

ter que repetir o óbvio — não há democracia sem imprensa livre —, sinto-me acaciano em ter que repetir o que está na Constituição: “É vedada toda e qualquer censura, de natureza política, ideológica e artística”.

No entanto, estamos em tempo de avanço de uma ideologia que não tem constrangimento em citar a China como modelo de “regulação” da voz digital do povo. O governo já tem um texto de projeto para inserir censura prévia no Marco Civil da Internet, sancionado por Dilma Rousseff em 2015, depois de muito discutido no Congresso. O primeiro passo da censura foi dado quando a revista *Crusoe* foi impedida de

circular com capa sobre *O amigo do amigo de meu pai*, porque implicava um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O Judiciário é composto de pessoas públicas que não suportam crítica. Por isso, foi instituído, na prática, o crime de opinião. A consequência é ter uma democracia de fachada, degradada.

O ministro aposentado do Supremo Marco Aurélio Mello chamou isso de “decadência”, que debilita todos os valores democráticos e fortalece o arbítrio. A democracia só se sustenta com liberdade de expressão e respeito à Constituição.

A Advocacia-Geral da União (AGU) acaba de pedir liminar ao

Supremo “para obrigar as plataformas a interromperem a disseminação de notícias falsas e impedirem a violência digital”, segundo a agência oficial. O argumento é incrível: o Marco Civil da Internet não pode ser usado como desculpa pela omissão de censura por parte das plataformas. Já que pegou idosos nos descontos da previdência, o governo agora alega que a censura nas redes é para proteger as crianças. Sendo a censura política, os censores de hoje podem ser os censurados de amanhã, como constataram tardiamente a *Folha* e o *Estadão*. Pois o mesmo pau que bate em Chico também vai bater em Francisco.